

TÍTULO: *Juventude, culturas adolescentes e exclusão social***AUTOR:** Norma Missae Takeuti¹

Trago para este debate uma parte das minhas reflexões que tem por fundamento uma pesquisa minha que contempla as *tramas existenciais* de um determinado segmento juvenil brasileiro, isto é, aquele que diz respeito a uma grande maioria de jovens adolescentes das camadas pobres da periferia urbana brasileira, comprometidos na construção das *significações sociais* da delinqüência juvenil². E com isto pretendo abordar algumas questões que considero essenciais na discussão sobre o tema juventude, exclusão e “culturas” adolescentes (de imediato, coloco o termo cultura entre aspas, voltarei a falar sobre isso).

Dois esclarecimentos quanto a termos que utilizo: primeiro, quando digo *periferia*, quero dizer que esses jovens são periféricos em todos os sentidos: geograficamente, economicamente, socialmente e culturalmente. As periferias urbanas constituem-se em um lugar físico e social onde se acham cristalizados os problemas de exclusão, de violência e de sofrimento sociais, engendrados pelo processo exacerbado de uma certa racionalidade capitalista com um modo de funcionamento paradoxal, isto é, a riqueza é gerada na medida em que se produz, ao mesmo tempo, a pobreza, a miséria e a exclusão maciça de pessoas do mercado de trabalho e de consumo. Segundo esclarecimento: quando digo jovens *comprometidos* na construção de significações sociais de delinqüência juvenil, quero dizer comprometidos no sentido em que o processo de estigmatização social de pobres, no Brasil, envolve incondicionalmente a maior parte dos jovens das periferias urbanas pobres, assimilados à “delinqüentes perigosos”, estejam eles efetivamente ou não envolvidos em práticas delinqüenciais.

Então, a minha pesquisa tratou (e continuo tratando) sobre as *tramas existenciais juvenis* de um grande segmento populacional brasileiro confrontado com o impasse de inserção social e profissional e submetido a um processo social de *invalidação* e de *relegação* (em certos casos, podemos dizer que estão submetidos a um processo de *proscrição*). Impasse e processo que foram sendo constituídos sócio-historicamente.

A forma de questionamento e as minhas opções teóricas impuseram-me o desafio de articular as dimensões objetivas sociais e as dimensões subjetivas dos indivíduos: por dimensão objetiva, entendo os processos de dominação, de invalidação e de segregação social e os conflitos

¹ Professor-pesquisador em Ciências Sociais/UFRN.

² N. M. Takeuti (2002).

de ordem social e por dimensão subjetiva, entendendo a experiência concreta dos processos sociais e os seus efeitos no plano psíquico e existencial dos jovens adolescentes. Trata-se, de fato, de uma tentativa de articulação dessas duas dimensões irreduzíveis, antagônicas, mas complementares, que configuram a *totalidade* do existir jovem que se debate nas malhas da violência social, da violência psicológica e da violência simbólica e que se acha enredado nas estruturas sociais instituídas que o destituem da condição de sujeito social e o remetem incondicionalmente para o lugar da *relegação social*.

É uma pena que não terei tempo para lhes falar da minha experiência em campo, da minha incursão no *outro lado do espelho* (título da minha obra), na qual privilegiei o estabelecimento de um *rapport* com os jovens, como possibilidade mesmo de emergência da própria expressão do jovem quanto ao seu agir em situação nas relações sociais instituídas, de modo que o seu *existir* atingisse outros *sentidos* que aqueles comumente produzidos na sociedade em geral, tais como os de “perversão” ou de “barbárie”. O que posso dizer aqui de maneira bem rápida é que todo o trabalho em campo caracterizou-se pela relação dialética, bem tensa, entre a pesquisa e intervenção, que é a maneira como a Sociologia clínica entende por modo de produção de conhecimento que venha ter sentido para o sujeitos implicados na pesquisa e intervenção. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o meu trabalho inscreve-se inteiramente no objeto deste congresso de extensão universitária, qual seja, o de apontar os desafios, os limites e as possibilidades de intervenção universitária nas comunidades.

Inicialmente, creio ser necessário começar por considerar que o universo juvenil é um mundo inapreensível nas suas híbridas manifestações culturais, sobretudo na sociedade contemporânea onde há a produção de tantos novos signos, novos “estilos”, novas “respostas” à sociedade e onde, como diria Hermano Vianna (que analisou o funk e a violência carioca), é difícil de definir os “*limites entre o ‘underground’ e o ‘establishment’, entre o ‘doidão’ e o ‘careta’, entre o ‘street’ e o ‘corporativo’, entre a ‘subcultura’ e a ‘cultura dominante’, entre o ‘autêntico’ e o ‘fabricado’*”.

Falar então de jovens dos segmentos pobres dos bairros periféricos, submetidos ao processo de relegação social e simbólica, envolvidos em práticas diversas que fogem às normas socialmente instituídas, significa abordar um universo tão multiforme que se torna impraticável querer apreendê-lo por meio de categorias ou tipologias sociológicas, psicológicas ou antropológicas. Por exemplo, quando se fala de “meninos” ou “jovens de rua”: quem são eles? E do ponto de vista de quem? Excluídos de que e em relação a que?

Trata-se, de fato, de um heteróclito campo juvenil na periferia urbana. Um só jovem da periferia pode ser recortado em diversas categorias: jovem trabalhador urbano (no trabalho formal,

informal e/ou precário), componente de “galeras” ou “ganguês juvenis”, membro de “movimentos juvenis emergentes”, participante de programas sociais das OG’s/ONG’s, “agregado” de uma rede dispersa de tráfico de drogas, e ainda membro de uma de família, enquanto filho, neto ou pai. Ou seja, um mesmo jovem pode fazer parte de diferentes redes de relações afetivas, de trabalho, de lazer, de vandalismo e até do crime. É tão impertinente aplicar aí dentro o princípio de homogeneidade quanto é impróprio a permanência de certas instituições governamentais e de amplas parcelas da sociedade civil na visão unívoca desse campo juvenil.

Podemos dizer que o que eles têm em comum é a trajetória social caracterizada pela precariedade ou inexistência de experiências sociais e de relações na sociedade que tenham o sentido social de *integração*, *inserção*, *afiliação*, *cooperação*, *participação* ou *inclusão*. O que define, no absoluto, a situação da maioria dos jovens das periferias pobres é a ausência de possibilidade de reconhecimento social, visto que o acesso à condição de *sujeito social* já lhes é barrada, antes mesmo de se iniciar a sua socialização básica.

“Não ter futuro” ! Não ter uma *existência social* reconhecida é o destino de milhares de crianças brasileiras, quando não impedidas de simplesmente existir, como Patrício Hilário, um adolescente de 9 anos, encontrado morto, jogado numa rua do bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro³ e com os seguintes dizeres do cartaz colocado sobre o seu corpo: “*Matei você porque você não estudava e não tinha futuro... O governo não pode deixar que as ruas da cidade sejam invadidas por menores*”. Então, há, no Brasil, os que nascem “com futuro” e os que nascem “sem futuro”. Por isso, postulo a tese da *clivagem de objeto*⁴ no Brasil, produzida particularmente no universo da infância e da juventude, desde o início da edificação da sociedade brasileira.

No projeto da modernidade brasileira, a *clivagem* na infância já estava instaurada: a *disciplinarização*, no sentido foucaultiano, visava as crianças da grande burguesia atingindo certas parcelas da pequena burguesia (ou seja, as crianças que hoje nomeia-se por *crianças de família*), sendo que às outras crianças das frações de classe dita populares – os nomeados *meninos de rua/menor*, dito numa terminologia mais adaptada aos nossos tempos – a esses reservava-se um outro domínio de controle (a repressão ou a supressão), que tem por fundamento a idéia de que esta população seria a parte “insana” da sociedade, que colocava em risco a outra parcela da infância e juventude a ser preservada e “bem cuidada”. A divisão na infância e na juventude nomeia não só os lugares a ser ocupados sócio-economicamente, mas reserva a cada parcela um destino a ser cumprido, no âmbito simbólico – de uma parte, a parcela dos sujeitos de direitos, sobre os quais

³ MNMMR&IBASE&NEV-USP, *op.cit.*, p.16.

⁴ Conceito psicanalítico (M. Klein): trata-se de um mecanismo de defesa, considerado como um dos mais arcaicos contra a angústia; há cisão de objeto em “bom objeto” e “mau objeto” os quais têm destinos relativamente independentes no processo de introjeção e de projeção, in J. Laplanche & J. B. Pontalis (1967).

deve se investir para forjar *adultos bem integrados* socialmente e, de outro, a parcela dos sujeitos excluídos de direitos, *nadificados* socialmente, sobre os quais nada vale a pena investir. É tomando em conta esse processo que optei pela noção de rejeição social, pois parece-me que a noção de exclusão social não é bem apropriada para dar conta de situações sociais em que nunca houve inclusão social, mas bem uma negligência social.

O que significa viver a condição de *relegado* social? Significa ser “inapto” para participar da *sociedade legal*, de tal modo que o indivíduo deve ser “afastado e colocado à parte”, no limite “banido”. É certo que o jovem continua tendo existência na e para a sociedade, porém unicamente na condição de desprezado, de um “pária social”. Se pensarmos num largo espaço de tempo histórico, na sociedade brasileira, os jovens das camadas mais pobres têm vivido predominantemente na condição de *negligenciados* das políticas públicas e de outros mecanismos sociais e institucionais de regulação ou de proteção visando a seu favor (note-se que o ECA só surge na década passada). Este seria um enorme ponto de discussão, mas vou deixá-lo para tecer considerações sobre as representações e atitudes existentes na sociedade brasileira no que concerne à população juvenil das periferias pobres para vermos os seus desdobramentos.

Predomina na sociedade brasileira a representação social de que a violência urbana e o “caos” das grandes capitais do país teriam os seus responsáveis certos – os jovens suburbanos ou das periferias pobres, “desocupados” e “evadidos dos reformatórios e/ou das prisões”, senão na melhor das hipóteses os “evadidos” das escolas. Estão na rua porque não “querem trabalhar” ou “não querem ir para a escola”. Nem precisam ser “sujos, fedorentos e feios”, tampouco efetivamente “violentos e perigosos” ! Basta ser um jovem ou um “menino pobre” da periferia, para ser transformado em ameaça potencial ao *bem-estar social*.

A identidade virtual, comum para todos, aplaina as singularidades dos jovens que buscam situar-se diferentemente, uns em relação aos outros, rejeitando a identidade de “menino de rua/pivete” ou “potenciais bandidos adultos”. A hostilidade que existe, também, entre eles, surge dessa vontade de afastar a similitude que os torna todos iguais, enfim todos *delinqüentes*. Podemos observar, pelo discurso dos jovens (e depoimentos oriundos de outros trabalhos), como também pelo discurso existente na sociedade oficial, que para essa população, o *estar na rua*, significa a impossibilidade absoluta de obtenção de um reconhecimento social na medida que ser “menino de rua” é uma das mais desqualificadas condições que um jovem pode vivenciar.

Contra uma representação social unívoca existente acerca dos jovens da periferia urbana, em que se dá a contaminação de signos diferentes, eles desenvolvem um mecanismo de defesa contra essa “mistura”, numa tentativa de auto-representação (positiva) de sua identidade que, na maior parte das vezes, termina abortando devido à dificuldade que eles têm em apreender a si

mesmos. Não esqueçamos que se trata de uma população bastante vulnerável do ponto de vista psico-emocional na medida em que se encontram na adolescência.

Aqui adentramos naquilo que chamo de violência psicológica e simbólica. Presenciamos reiteradamente as expressões de raiva, ressentimento, ódio e mágoa diante da imputação da *identidade virtual de delinqüente perigoso*. “A violência não é só física, é aquela que discrimina”, dizia um jovem, manifestando a vergonha de si e o sentimento de humilhação, ao mesmo tempo em que expressava o desejo de “vingança”: “sou humilhado! Quero ser o melhor para humilhar quem me humilhou”. Mas quem o humilhou e de quem se vingar? Não há um sujeito definido. A dificuldade do jovem em fazer face ao seu sofrimento, é que não há um *sujeito perverso* identificado, mas uma *sociedade perversa* que o discrimina e *proscreeve*.

Então, sentimentos de revolta e uma vontade de mudar “na marra” essa situação que os remete à condição de *desqualificados sociais*. Esses afetos encontram-se misturados ao medo da violência física à qual estão mais facilmente expostos e que vem aniquilar o seu corpo, mas também, medo da violência social que desestrutura a sua mente. Configuram uma gama de sentimentos confusos e dificilmente compreendidos, por eles próprios: por vezes, sentem-se indignados e revoltados contra uma sociedade injusta, e em outros momentos, sentem-se *humilhados, envergonhados*, até mesmo, *culpados* em ocupar esse lugar que não lhes permite estar à altura de um reconhecimento social.

O olhar social cristaliza uma identidade da qual o jovem estigmatizado tenta escapar e não consegue, pois ele está condenado a nela permanecer. É nesta ordem social, da qual ele jamais poderá sair (como se fosse um “destino”), que ele se vê na impossibilidade de re-significar a sua auto-imagem: “a gente se sente inútil, sem poder fazer nada, desprezado. É muito triste quando a pessoa é excluída de algo, é incapaz de ver a situação de frente”, exprime assim um jovem adolescente.

É preciso salientar que boa parte de jovens procura não se situar como “vítimas resignadas” num sistema social *perverso*. Ao contrário, é na rua e nos embates que esta lhe traz, que eles vão aprender a retirar os *suprimentos* necessários para a sua sobrevivência, não só material mas, sobretudo, *emocional*. Paradoxalmente, ali eles vão tentar adquirir uma *esperança* de vida, ao mesmo tempo em que afrontam a morte. Isso aparentemente comporta uma contradição. Explico melhor: reporto-me a Winnicott (na psicanálise) para entender o *complexo de privação emocional* que sofrem os indivíduos privados, originalmente, de um ambiente emocional estável, ou seja, que se encontram na angústia do *desamparo* absoluto. Para esses indivíduos, as suas condutas anti-sociais ou as suas transgressões sociais passam a ser um dado essencial para a sua sobrevivência psíquica. Evidentemente que estou falando de um processo inconsciente.

Isso quer dizer que há jovens que terminam num processo acentuado de delinqüência, aderindo à prática da violência que passa a ser determinante de suas relações na sociedade. É como se eles estivessem tentando resgatar o que lhes foi negado: de um lado, no plano das relações afetivas, buscando um *suprimento ambiental* que lhes faltou e falta para a sua maturação emocional; de outro, no plano cultural, buscando aquilo que a cultura lhes nega, não só no plano material, mas também, no plano simbólico (o do reconhecimento social). É como se, na prática de transgressões, esta lhes restituísse o *ser* que lhes foi negado. Há jovens que ao assumir a *identidade delinqüente*, possuem o sentimento de constituir-se em um *sujeito da ação* num ambiente de agressividade, de riscos, de confrontos e de conflitos. A violência, o ódio e o desprezo passam a ser considerados como substâncias *naturais* da vida desses jovens.

O que, de imediato, apresenta-se como ilógico ou contraditório nos seus comportamentos – sentirem-se *sujeitos da ação* em práticas que os conduzem eventualmente à morte – ganha outra significação se pensarmos que eles estão “na marra” buscando produzir um sentido para a vida, que não é dado pela sociedade, e se é, ele só pode ser apropriado de forma precária. No momento em que só lhes resta essa forma de expressão pulsional, malogra a possibilidade de construção de uma subjetividade que não se resuma à submersão das emoções puras (cólera, raiva, ódio). Numa sociedade onde sobrepuja o caráter heterônimo, a transgressão e a patologia passam a ser exclusivamente as possibilidades de expressão da psique singular, já dizia o pensador e psicanalista Cornelius Castoriadis.

A inadiável e implacável confrontação do homem à *crueldade do real*, como diz Edgar Morin num de seus textos intitulado *A suportável realidade*, é o trágico destino do ser humano. Os nossos jovens aqui disso não escapam e estão “na marra” buscando uma regulação diante dessa tragicidade.

A experiência social de recusa da sua pessoa, de sua participação na *sociedade oficial* está na origem da aglutinação de jovens adolescentes à cata de “estratégias” de expressão social. A exposição pública dos jovens e seus atos “repudiados” socialmente fazem parte de suas *vontades deliberadas* em responder e de provocar uma sociedade que eles sentem que os “judia” e que não assume a sua própria “crueldade”. É assim que se lançam à busca de espaços, meios e signos que os propiciem conquistar a sua auto-estima de modo a “safar-se” da situação de inexistência social e, de sorte, a pôr fim ao seu sentimento de *nadificação*.

É certo que não podemos aqui generalizar o destino dos “jovens pobres”, submetidos aos processos sociais de estigmatização e invalidação social, sendo os mesmos para todos – *gangues*, *galeras* ou *organizações do crime*. Tantos outros agrupamentos juvenis existem nos bairros pobres das periferias que não se resumem àqueles. Tal é o exemplo de grupos de jovens da

igreja (católica, evangélica ou de seitas diversas), grupos ecológicos, grupo de capoeira, *skatistas*, *funkeiros*, e tantos outros “movimentos”/”bandos”/”turbas”/”tribos” temáticos. Já disse antes que é impossível efetuar nesse universo juvenil um recorte, distribuindo uniformemente estes ou aqueles jovens para tais ou quais agrupamentos ou “culturas”, em função de suas características psico-afetivas, das suas relações intra-familiares, do seu “ideário”, de suas crenças religiosas, de suas preferências musicais, de suas indumentárias estilizadas, dos seus esportes favoritos, do seu grau de escolaridade, ...

Enfim, quaisquer que sejam as variáveis que possamos identificar como determinantes de uma “tendência” ou de outra, nada nos leva a afirmar, em primeiro lugar, que exista uma “subcultura”, um “movimento juvenil” ou um grupo, particularmente bem demarcado um do outro e relacionados a um dado “perfil” psicológico, biológico, sociológico, antropológico ou outro. Em segundo lugar, um só jovem pode ter múltiplas pertencas ou passar muito rapidamente de uma pertença a outra. Há, certamente, nessas diversas *inserções*, o lugar mais privilegiado pelo jovem, segundo as suas *disposições* e a aceitação por parte dos grupos. Ao mesmo tempo em que se pode estar em todos os lugares, não se está em parte alguma, no sentido efetivo de pertença. Nesse processo, o jovem caracteriza-se sobretudo como o indivíduo descrito pelo sociólogo francês Daniel Bertaux (1988) na sua análise do processo de deslocamento das relações sociais e de sua fluidez na contemporaneidade: “*indivíduo, enfim, liberado de toda amarra, mas também desprovido de toda individualidade; o indivíduo pronto para se juntar a qualquer grupo, pronto a endossar a identidade que se queira bem lhe propor; tudo, menos o vazio*”. Podemos dizer que nem o jovem, nem os seus grupos de referência/pertença apresentam estabilidade de vínculos. É aqui que parece residir a grande dificuldade dos jovens em encontrar pontos de apoio na sociedade de vínculos precários. A partir de suas tentativas de pertencas grupais e/ou comunitárias, eles tentam construir suas referências identitárias, não obstante bastante vulneráveis, mas tentam produzir a sua auto-estima (valorizar-se narcisicamente) e, para alguns jovens, “salvar-se” de um *colapso psíquico*, no sentido dado pelo psicanalista Winnicott.

São diversos os estudos sobre as experiências grupais juvenis no Brasil, os quais indicam que o jovem, por exemplo, ao buscar integrar uma galera, estaria procurando um lugar em que ele poderá ser reconhecido pelos outros. A galera, a turma de rua, o grupo de jovens (torcidas organizadas, punks, funks, carecas, ...), seriam todos um lugar de tentativa de regulações psíquica e social⁵.

⁵ Regulação psíquica que pode tomar o sentido de busca, de restituição de uma perda original, de revalorização de uma imagem negativa de si ou de um meio de superação do sentimento de fracasso do seu Eu mutilado ou fragilizado. O Eu Ideal impulsiona o jovem à reparação de suas feridas narcísicas, à busca de regulação aos conflitos resultantes do sentimento de inferioridade e de

Então, esses grupamentos juvenis formam-se dentro da lógica da carência, nos planos cultural e afetivo, que discuto no meu trabalho sob a denominação de *processo de enfraquecimento dos modelos identificatórios* na sociedade contemporânea. Justamente, tenho por hipótese que há uma conexão estreita entre a “violência juvenil” e a ineficácia social simbólica. Aponto com isso que há hoje uma perda de suportes consistentes de identificação na sociedade de modo que há maior dificuldades para os jovens, atualmente, em produzir sentidos para a sua existência no mundo social em que vivem.

Mais difícil torna-se ainda, para a população juvenil brasileira em situação de marginalização (quando não está na condição de rejeição social absoluta!), a qual enfrenta essas dificuldades, situadas num nível sociocultural mais amplo, de forma mais acentuada, tendo em vista os numerosos obstáculos e impasses nas suas trajetórias de vida – social, cultural e afetiva.

A falta de uma adequada sustentação no projeto identificatório pode levar o jovem a viver no *limite do vazio*. O sentimento de *incompletude* é algo inerente a todo o ser humano. Não obstante, ela é sentida e vivida mais intensamente pelo jovem, atravessando a fase de adolescência. Para preencher o *vazio* existencial, ele não poupará esforços em encontrar *algo* que venha tirá-lo da instabilidade e insegurança insuportáveis. O voltar-se para as instituições sociais, para os entes familiares, mesmo para o jovem habituado à vida na rua, ali acostumado a enfrentar os percalços e ameaças externas, é uma tentativa de busca de algum apoio seguro. Mas, nem sempre ele encontra os suportes necessários: na família, na escola, nos grupos de jovens, etc.

Bibliografia Citada:

- | | |
|------------------------|--|
| CASTORIADIS, Cornelius | <i>A instituição imaginária da sociedade</i> (1975). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. |
| GUATTARI, Félix | <i>Revolução molecular: pulsações políticas do desejo</i> . São Paulo: Brasiliense, 1981. |
| MORIN, Edgar | “A suportável realidade”. In: Cronos, Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, vol.2, n.2, Jul.-dez/2001. Natal: EDUFRN, 2002. |

vergonha sociais e à conquista de sua auto-estima, bastante comprometida devido aos estigmas que já se “colaram à sua pele”. Regulação social, no sentido de uma *experimentação social na marra* (Guattari, *op.cit.*). No seu texto *Gangues em Nova York* (pp.46-49), a sua abordagem orienta-se para focar a emergência do fenômeno “gangues” não como *respostas coletivas improvisadas a uma carência*, no plano material, mas como uma *forma de exploração pelas minorias sociais dos problemas da economia do desejo no campo urbano* e como algo indicando a *direção de novas modalidades de organização da subjetividade coletiva*.

TAKEUTI, Norma Missae

No outro lado do espelho – A fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

WINNICOTT, Donald W.

Privação e Delinquência (1984). São Paulo: Martins Fontes, 1994.